



MAIO DE 2021

Informativo destinado ao público interno da
Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

Observatório Estadual



Precatórios



Remoção de servidoras



PGE em Ação



Reforma previdenciária



Seleção de OSC



Eleição do Conselho



EAGU



Governança pública



PPP



Estágio remunerado



Resultados favoráveis



Certificações Esap



Direito em debate



LGPD

1º DE MAIO

Dia do Trabalhador

Nossas homenagens e
agradecimentos a todos os
trabalhadores, em especial, aos
que atuam à frente no combate à
pandemia da covid-19.



PGE



Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral
do Estado



#TODOSCONTRA OCORONAVIRUS

SINTOMAS



FEBRE



TOSSE



CANSAÇO e
DIFICULDADE
PARA RESPIRAR



DOR NA
GARGANTA

Caso tenha algum sintoma, fique em casa e permaneça em isolamento dos demais familiares.

Ligue 136 para orientações.

Caso os sintomas piorem procure uma UBS, Unidade Básica de Saúde.

Mas vá de máscara ou lenço sobre o nariz e boca.



ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO



- Fique em casa
- Atenda às medidas pessoais de higiene para evitar a contaminação.

RECOMENDAÇÕES

- **Sempre utilizar máscara de proteção** quando estiver no ambiente de trabalho.
- **Higienizar as mãos com frequência**, lavando-as com água e sabão.
- **Utilizar, com frequência, álcool em gel.**
- **Utilizar lenços descartáveis para assoar o nariz ou tossir.** Se não tiver um lenço à disposição, cubra a boca e o nariz com o antebraço ao tossir ou espirrar. E lave o braço assim que possível.
- **Higienizar, sempre que possível e de forma regular**, as cadeiras, mesas, aparelhos telefônicos, teclados computadores e outros equipamentos.
- **Evite compartilhamento de materiais** como grampeadores e extratores de grampo, canetas, teclados e mouse de computadores, aparelhos telefônicos, entre outros.
- **Evite aglomerações** ou conversas prolongadas com os colegas de trabalho.
- **Mantenha um distanciamento** mínimo de 1,5m entre as pessoas.
- **Arejar a sala de trabalho** abrindo as janelas com frequência.
- **Reduzir reuniões de equipe em salas fechadas.**

PGE



Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral
do Estado

GOVERNO
PRESENTE,
RESPONSÁVEL E
TRANSPARENTE



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Saiba mais sobre o combate à pandemia em
www.coronavirus.ms.gov.br
Disque**Coronavirus**: 3311 6262



Observatório Estadual

A PGE foi convidada a compor o recém criado Observatório Estadual da Nova Lei de Licitações, que levará ao debate a aplicabilidade da Lei nº 14.133, sancionada pelo Governo Federal no dia 1º de abril de 2021.

A efetivação do convite aconteceu com a visita do presidente do Observatório Estadual, nomeado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), João Paulo Lacerda da Silva que também preside o Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul (Idams) e a Comissão de Direito Administrativo da OAB/MS.

A criação do Observatório Estadual da Nova Lei de Licitações ocorreu no dia 6 de abril e tem a finalidade de proporcionar maior segurança jurídica para a efetividade das novas regras e, para isso, será realizada uma série de atividades com a participação de representantes de órgãos públicos, advogados e toda a sociedade.

A redação final da nova lei foi aprovada no dia 10 de março pelo Senado e deve substituir a atual Lei das Licitações nº 8.666, de 1993, a Lei do Pregão nº 10.520, de 2002 e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462, de 2011), modificando as normas referentes aos sistemas de contratação da administração pública.



Precatórios

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) publicou edital convocando credores para regularizar a situação cadastral, permitindo que recebam o pagamento do precatório a que têm direito.

A intimação é necessária para que regularizem o cadastro com informações como CPF, CNPJ, dados da conta bancária e cópia de documento pessoal. Ressalte-se que nesses casos os valores já estão depositados nos processos e pronto para liberação, sendo somente necessário adotar os procedimentos solicitados.

Ainda sobre este assunto, o TJMS liberou crédito direto a herdeiros de precatórios de pequeno valor. Para esta decisão, o Tribunal de Justiça, considerou a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da necessidade de tornar mais efetivas as condenações suportadas pela Fazenda Pública, assegurar a razoável duração do processo, a celeridade de sua tramitação, objetivando também desburocratizar procedimentos.

Assim, os credores que não receberam por falta de condições de abrir inventário/arrolamento ou porque ainda não finalizaram o inventário para recebimento somente do valor do precatório poderão ter acesso à quantia se esta não for maior do que aproximadamente R\$ 10.778,19.

Com informações do TJMS



Remoção de servidoras

No mês passado, entrou em vigor a lei que garante prioridade na remoção a servidoras estaduais vítimas de violência sexual, familiar ou doméstica. O projeto, de autoria do deputado Zé Teixeira, foi aprovado pela Assembleia Legislativa e a Lei sancionada pelo governador Reinaldo Azambuja, conforme publicação no [Diário Oficial do Estado \(DOE\)](#).

A lei assegura à vítima o direito de ser removida do órgão onde está trabalhando para outro local, de forma a garantir sua integridade física e psicológica. Essa medida já é prevista na Lei Maria da Penha e no Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado.

A remoção poderá ocorrer entre órgãos da mesma cidade ou em municípios diferentes. O parágrafo 2º do artigo 2º diz que “fará jus ao acesso prioritário à remoção de que trata esta Lei a servidora que tenha em seu favor medida protetiva concedida pelo Poder Judiciário”.

Com informações da Subcom



PGE EM AÇÃO

PGE em Ação

Nas edições do programa PGE em Ação, exibidas em abril, um dos assuntos tratados foi o último episódio da série sobre as Coordenadorias Jurídicas com a participação do procurador do Estado, Wagner Moreira Garcia, que chefia a equipe da Coordenadoria Jurídica na Controladoria-Geral do Estado (Cjur/CGE).

Iniciando a terceira temporada do programa, também foi apresentada a edição especial “Diálogos”. Nela, procuradores e procuradoras da instituição debaterão assuntos que estão em voga e merecem uma atenção especial não só do ponto de vista jurídico mas também pessoal. No primeiro episódio, a temática empoderamento feminino foi tratada pelas procuradoras do Estado Jordana Pereira Lopes Goulart e Senise Freire Chacha.

O PGE em Ação é exibido quinzenalmente, às terças-feiras, às 7h ou às quintas-feiras, às 17h; reprises acontecem aos sábados, às 11h30; e aos domingos, às 9h30 na TV Alems. Todos os programas também são replicados pela TV Educativa - canal 4.1 (TV aberta) e canal 15 (da NET).





REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Reforma Previdenciária

Em abril a equipe da Procuradoria Especializada de Pessoal (PP) participou de evento de atualização sobre "Reforma previdenciária" organizado pela Escola Superior da Advocacia Pública (Esap).

A finalidade do evento on-line foi debater e esclarecer as dúvidas sobre as principais alterações promovidas pela Emenda Constitucional (EC)103/2019, Emenda Constitucional Estadual (ECE) 82/2019 e Lei Complementar (LC) 274/2020; regras atualmente vigentes; regras de transição; e aposentadorias especiais previstas na LC 274.

A convidada para tratar sobre o tema foi a procuradora do Estado e chefe da Coordenadoria Jurídica na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (Cjur/SAD), Doriane Gomes Chamorro.

A Reforma previdenciária aprovada em Mato Grosso do Sul seguiu as diretrizes da Reforma em âmbito nacional, dando aos servidores do Estado tratamento na mesma linha dos funcionários da União em relação às regras de concessão de aposentadoria e de pensão por morte.



Seleção de OSC

Está em andamento o edital de Chamamento Público que visa a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) interessada em celebrar Termo de Colaboração para a execução de projeto voltado à formação socioeducativa e profissional de adolescentes com idade entre 16 anos a 18 anos incompletos, matriculados no ensino médio, e sua inserção e integração no mercado de trabalho.

O número de vagas pode chegar a até 24 oportunidades e o período de vigência do documento será de 12 meses. A sessão pública de entrega e abertura das propostas será realizada no dia 17 de maio, às 10h, no auditório Pantanal, localizado no primeiro andar do prédio sede da PGE, no Parque dos Poderes, obedecendo todas as normas de biossegurança.

A avaliação das propostas será realizada pela Comissão de Seleção, nomeada pela procuradora-Geral do Estado. Para informações detalhadas, o edital está disponível no site da PGE por meio do link <https://www.pge.ms.gov.br/chamamento-publico-formacao-socioeducativa-e-profissional-de-adolescentes/>



Eleição do Conselho

A PGE promoveu a eleição dos candidatos às vagas do Conselho Superior da instituição para o biênio 2021/2023. Devido ao atual momento provocado pela disseminação do novo coronavírus, os procuradores puderam votar através do voto presencial ou postal.

A apuração foi realizada logo após o término da votação e teve a presença dos integrantes da Comissão Eleitoral. O resultado foi posteriormente publicado no [DOE](#).

A posse dos membros eleitos foi realizada no dia 30 de abril, na sala da procuradora-Geral do Estado, Fabíola Marquetti Sanches Rahim, e transmitida por videoconferência.

Leia mais >>



EAGU

A Escola da Advocacia-Geral da União – Ministro Victor Nunes Leal (EAGU) encerrou as inscrições no dia 30 de abril para os interessados no II Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Pública.

Desta vez, foram ofertadas 50 vagas, das quais 35 foram destinadas para membros das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União; 10 para membros das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal integrantes do Fórum Nacional dos Centros de Estudos das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Fonace); e 5 para membros da Advocacia Pública Municipal.

Nos próximos dias deve ser publicada a lista dos aprovados para realizarem o curso on-line que tem início previsto para o 2º semestre de 2021. A duração será de 18 meses, contados a partir do momento da matrícula, além de 120 dias para efetiva defesa do Trabalho de Conclusão da Especialização.

Em 2019, primeiro ano no qual a EAGU ofereceu a pós-graduação, os procuradores da PGE de Mato Grosso do Sul tiveram destaque na concorrência pelas vagas. Das 17 destinadas aos integrantes do Fonace, por meio de avaliação, três foram ocupadas por representantes de MS: Jordana Pereira Lopes Goulart (com a segunda maior nota - 93), Vanessa de Mesquita e Sá (92) e Caio Gama Mascarenhas (90,25). Ainda compôs a lista de excedente, ou seja, aguardou uma vaga caso houvesse desistência, a procuradora Lidiane Cristina Cornaccini Sallesse Lorenzoni, com a pontuação de 83,75.



Governança pública

A PGE esteve presente na “Semana da Governança Pública” realizada nos dias 19, 22 e 23 de abril. A finalidade do evento foi de ser mais uma ferramenta de troca de experiências para tornar a gestão pública mais eficiente, com redução de gastos e qualificação nos serviços públicos.

Entre as pautas discutidas estavam a apresentação do primeiro diagnóstico do Plano Plurianual 2020-2023, bem como os próximos passos para a revisão deste importante instrumento de planejamento do Governo do Estado; e as estratégias e metodologias de gerenciamento aplicadas pelas equipes de gestão estadual.

Atualmente, o Estado participa do **Profisco II** que tem como objetivo principal aprofundar e consolidar os sucessos alcançados na primeira edição através do PNAFE (final da década de 90).

De encontro à linha de trabalho da atual gestão, em março a PGE publicou a regulação do Comitê de Governança (CG) no âmbito da instituição que entre as atribuições consta a de discutir sobre diretrizes, objetivos e práticas da pasta, identificando pontos críticos e estratégicos de melhoria; apreciar manuais e guias que contenham medidas, mecanismos e práticas voltadas para a implementação dos princípios e diretrizes de Governança Pública; e estimular, de forma estratégica, a inovação e utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de melhorar a gestão, a transparência e a prestação de serviços públicos.



Gestão Ativa

12 de maio | Evento Online

Reunião de Resultados 2020

A 2ª Reunião de Trabalho da Gestão Ativa PGE/MS, da Procuradoria-Geral do Estado será realizada na manhã da quarta-feira (12.05) com o objetivo de divulgar as ações de gestão colocadas em prática em 2020 e os resultados obtidos.

Mais informações e instruções para as inscrições serão disponibilizadas, sua interação é imprescindível para o sucesso das ações desenvolvidas pela PGE/MS, contamos com sua participação.

**Todos os participantes
receberão certificado.**





PPP

Os trabalhos que envolvem as Parcerias Público-Privadas (PPP) continuam. Agora, com a publicação no [DOE](#) do Chamamento Público que possibilita à iniciativa privada elaborar estudos técnicos e traçar a viabilidade econômica para o projeto de concessão das rodovias MS-112 e trechos da BR-158 e 436.

Os estudos técnicos para a futura concessão destinam-se à adequação de capacidade, reabilitação, operação, manutenção e conservação dessas rodovias. O projeto faz parte de uma agenda de investimentos em infraestrutura que o Governo do Estado vem implantando nos últimos anos, como a PPP do esgotamento sanitário, destinada aos 68 municípios atendidos pela Sanesul, e também a concessão da rodovia MS-306.

A Procuradoria-Geral do Estado atua diretamente nos trabalhos referentes à PPP. A instituição faz parte do Conselho Gestor do PROPPP-MS, que aprova anualmente os Planos Estaduais de Parceria Público-Privadas, definindo ações e áreas prioritárias; e também do Escritório de Parcerias Estratégicas (EPE), que coordena a estruturação dos projetos de parcerias onde destacou o procurador do Estado Carlo Fabrício Campanile Braga para atuar, exclusivamente, nos projetos.

Com informações da Subcom



Estágio Remunerado

As inscrições para o 2º Processo de Seleção Simplificada de acadêmicos de cursos superiores para composição de cadastro de reserva do Programa de Estágio Remunerado na modalidade não-obrigatório, da PGE, ocorreu de 29 de março a 8 de abril.

No edital havia oportunidade para os universitários nas áreas de Tecnologia da Informação, Financeira, Jornalismo, Marketing e Jurídica, todas em Campo Grande. Já para o município de Dourados somente para a área Jurídica.

O número de inscritos resultou em 254 candidatos, sendo que, desse total, 139 tiveram as inscrições deferidas e estão na disputa para a lista de classificação, que será feita em ordem decrescente de acordo com a pontuação alcançada não havendo possibilidade de interposição de recurso.

A primeira etapa da seleção está em andamento e consiste na análise curricular com histórico escolar possuindo caráter eliminatório e classificatório. Em seguida, será realizada a segunda fase com entrevista pessoal podendo ser por videoconferência e/ou presencial para a verificação de conhecimentos, potencialidades, interesse e motivação dos candidatos.

A consignação do nome no cadastro de reservas não gerará qualquer direito à convocação para firmar o Termo de Compromisso de Estágio. O processo seletivo possui prazo de validade de 12 meses, a contar da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez. Todas as fases e resultados do edital são disponibilizados nos endereços eletrônicos www.pge.ms.gov.br e www.concursos.ms.gov.br.

Resultados favoráveis

Até meados de abril, a PGE já somava 70 ações exitosas referentes à tese de que a parte credora junte aos autos, no prazo de 30 dias, extrato(s) bancário(s) que corresponda(m) ao desconto dos encargos que pretende liquidar/executar e extratos de seis meses seguintes aos descontos, de modo a verificar a possibilidade de terem sido efetuados eventuais estornos. O Tribunal de Justiça reafirmou o entendimento de que os beneficiários de sentença coletiva devem fazer prova do dano sofrido. **Referência:** [Agravo de Instrumento - nº 1414409-59.2018.8.12.0000 - Campo Grande](#)

Recurso da PGE pedindo a suspensão de liminar da 2ª Vara da Comarca de São Gabriel do Oeste, que deferiu pedido do Ministério Público Estadual (MPE), foi acatado em sede de tutela recursal pelo TJMS. A Procuradoria-Geral provou que o Governo do Estado tem cumprido com o planejamento e a execução da política pública de saúde de enfrentamento à covid-19 e o hospital, foco da ação ministerial, foi contemplado com os medicamentos do “kit intubação”, seguindo o fluxo estabelecido de distribuição, dados do próprio hospital, orientações do Ministério da Saúde e pactuações em CIB (Comissão Intergestores Bipartite). **Referência:** [Agravo de Instrumento nº 2000225-44.2021.8.12.0000](#)

O TJMS reconheceu ser descabido destacar honorários contratuais da verba principal com pronto pagamento à advogada da parte, em contrariedade ao art. 100 da Constituição Federal. Ao receber o recurso da PGE, o relator e desembargador Eduardo Machado Rocha, concordou com a tese recursal da instituição de que os honorários contratuais podem ser destacados do valor do principal da condenação, mas o pagamento se faz somente quando da liquidação do mesmo, salientando que a jurisprudência da Suprema Corte afasta da Súmula Vinculante nº 47 os honorários contratuais. O magistrado citou em seu voto, além da Súmula Vinculante nº 47, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do próprio TJMS sobre o tema. **Referência:** [Agravo de Instrumento - nº 2000041-88.2021.8.12.0000 - Nova Andradina](#)



Certificações Esap

Somente no primeiro semestre de 2021, a Escola Superior da Advocacia, da PGE, deve expedir aproximadamente 300 certificações, sendo que até abril 209 profissionais já participaram de alguma capacitação ofertada pelo setor. Lembrando que devido à situação provocada pela disseminação do novo coronavírus, todos os eventos são transmitidos via on-line.

A atuação da Esap é realizada por várias frentes de trabalho. Seja por:

- oferta direta de cursos atendendo solicitações dos setores da instituição;
- apoio a capacitações de outros órgãos e instituições cujo temas são de interesse dos integrantes da pasta;
- parcerias, no caso, com o **Profisco II** - é o projeto de apoio à modernização e gestão fiscal dos estados brasileiros para iniciativas de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial. Financiado pelo organismo internacional BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), conta com garantia soberana do Governo Federal.
- por meio do Fundo Especial da PGE - que é para investir, entre outros pontos, na capacitação dos procuradores - com a oferta e pagamento, por exemplo, de pós-graduações, cursos e formações com a presença de referências de renome nacional e internacional.

Para a diretora da Esap e procuradora do Estado, Ludmila dos Santos Russi, os trabalhos não podem parar. “Estamos muito atentos aos debates e situações contemporâneas. Neste ano, nossa estratégia é de atender às demandas solicitadas por setores específicos da instituição e de outras pastas e órgãos. E, à medida do possível, oferecer oportunidades a todos os integrantes da PGE”, afirma.



Direito em debate

A PGE está apoiando os webinários que serão oferecidos pelo projeto de extensão “Direito em Debate por Estudo de Casos”, do curso de Direito, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A realização dos eventos está sob a coordenação do professor doutor Luiz Henrique Volpe Camargo.

Neste ano serão 14 encontros, no período de maio a novembro, com a participação de dezenas de personalidades da área jurídica que debaterão sobre assuntos diversos. Os interessados podem se inscrever, gratuitamente, por meio [deste link](#). O horário de início de todos os webinários está marcado para às 17h (horário local).

O primeiro encontro de 2021 será no dia 4 de maio com o tema “Astreintes: Critérios para a fixação – O estudo do AI em REsp 738.682/RJ”. Já o último está marcado para o dia 23 de novembro com a presença da procuradora-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, Fabíola Marquetti Sanches Rahim, que com outros convidados discutirá a temática “A execução da sentença de improcedência – Estudo do REsp 1.324.152/SP e do REsp 1.261.888/RS”.

Na véspera de cada encontro os participantes receberão, por e-mail, o link para o acesso à sala. Quaisquer dúvidas deverão ser encaminhadas para luiz.volpe@ufms.br.

Implantação da LGPD na Administração Pública



LGPD

Identificar a estrutura básica de conceitos necessários, bem como procedimentos de ajuste para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além de apresentar conflitos frequentes entre os deveres de publicidade dos atos administrativos (previstos na Lei de Acesso à Informação - LAI) e o novo regime de proteção dos dados pessoais a partir de casos concretos recentes.

Estes foram os principais pontos da oficina “Implantação da LGPD na Administração Pública Estadual” realizada pela Esap, na última semana de abril.

Os convidados para o evento on-line foram os doutores e procuradores federais Rui Magalhães Piscitelli e Victor Eptácio Cravo Teixeira. De forma prática e direta eles analisaram e exemplificaram situações cotidianas recorrentes na Administração pública que estão diretamente ligadas à LGPD ou à LAI (Lei de Acesso à Informação) e também explanaram quais os reflexos dessas leis na sociedade brasileira.

Aproximadamente 100 pessoas prestigiaram o evento, entre elas, representantes de instituições dos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



DOMINGO, 9 DE MAIO

Dia das mães

*Parabéns à todas as mães,
através de seus exemplos e
dedicação aprendemos que o
amor renasce todos os dias.*





Aniversariantes do mês de Maio

- 01 - CHRISTIANA PUGA DE BARCELOS
- 02 - VALDIR ANTÔNIO GONÇALVES DE SOUZA
- 03 - PAULO CÉSAR BRANQUINHO
- 06 - THIAGO NATAN TORRES LIMA
- 07 - RENAN OTÁVIO FASSINA DOMINGUES
- 10 - SHANDOR TOROK MOREIRA
- 13 - FERNANDO CESAR CAURIM ZANELE
- 14 - ROMULO AUGUSTUS SUGIHARA MIRANDA
- 17 - GABRIEL GARCIA DA SILVA ORMAY
- 17 - VINICIUS HENRIQUE AKYO MENDES KAWAMOTO
- 19 - MATHEUS NOBRIGA OJEDA
- 20 - LÚCIO SALUSTIANO DA SILVA
- 24 - MARCELA GASPAR PEDRAZZOLI
- 24 - LUÍS PAULO DOS REIS
- 25 - PALOMA ORTIZ GRACIA
- 25 - PAOLA BORGES
- 25 - PATRICIA FIGUEIREDO TELES
- 26 - ANTONIO SÉRGIO DE VASCONCELOS FERRAZ
- 26 - ELEIR FERREIRA DA COSTA RIBEIRO
- 27 - DANNICHELLI RIBEIRO LEITE
- 27 - GUSTAVO MACHADO DI TOMMASO BASTOS
- 27 - WALKYRIA FERNANDES DE ALBUQUERQUE
- 28 - JAQUELINE CAMPOS PEREIRA
- 28 - TÂNIA HIRANO

PGE



Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral
do Estado

A PGE/MS agradece este tempo dedicado a sua interação com nossa instituição.

Acesse mais conteúdos atualizados em nosso website institucional: www.pge.ms.gov.br

Para colaborar com sugestões, críticas ou elogios envie-nos e-mail para:
comunicacao.pgems@gmail.com

Texto, Edição e Diagramação:

CIGE

Coordenadoria de Inteligência e Gestão Estratégica

UCom

Unidade de Comunicação